

Apresentação

Durante a segunda metade do século XX, o Brasil passou por um intenso processo de urbanização. Em 1950, cerca de 36% da população brasileira residia em áreas definidas como urbanas; já, em 2010, segundo o Censo Demográfico, 84% da população brasileira residia em áreas urbanas. Em números absolutos, isso significou um acréscimo de 142 milhões de pessoas às cidades do País durante o período. Esse crescimento populacional expressivo, resultante da combinação de fluxos migratórios rural-urbano e do crescimento vegetativo da população, não foi acompanhado dos investimentos necessários para o provimento de infraestrutura urbana básica.

As áreas urbanas cresceram através da ocupação de espaços não contíguos, gerando interstícios de terras urbanas desocupadas que serviram como reservas de valor. O mercado imobiliário foi o grande orquestrador desse processo de expansão, com a ação restrita; assim como também o poder público municipal, em alguns casos omissão. De certa forma, a questão fundiária brasileira foi transferida do espaço rural para o espaço urbano, e uma parte significativa dos novos habitantes urbanos não teve acesso à posse da terra, mesmo com o esforço sucessivo de gerações de trabalhadores urbanos.

Nesse sentido, diferentemente das favelas da década de 1960 e 1970 nas grandes cidades brasileiras, que receberam as primeiras levas, constituindo o que poderia ser denominado primeira geração de população favelada, cercamo-nos, na segunda década do século XXI, de contingentes populacionais que nasceram e tiveram seus filhos e netos como moradores de favelas ou de assentamentos que reúnem populações de baixa renda, sem acesso aos serviços básicos que deveriam definir uma área urbana.

Essas áreas urbanas “não urbanizadas” são caracterizadas por serem, em parte, áreas que não interessam ao mercado imobiliário. São áreas de grande declividade, sujeitas a deslizamento de terras; ou fundos de vale e várzeas, sujeitos a inundações e alagamentos. Esses espaços foram ocupados, fazendo com que houvesse, ao longo do tempo, a expansão de populações expostas a riscos ambientais significativos. Com o aumento da incidência de eventos climáticos extremos, seja de alta pluviosidade, seja de aumento dos períodos de estiagem, esses riscos ambientais se expandiram, atingindo populações e espaços cada vez maiores. Essa associação entre um padrão de urbanização, que caracteriza não apenas o Brasil, mas toda a América Latina, e o conjunto

de dinâmicas ambientais é que compõe a abrangência dos textos apresentados neste número do *Cadernos Metrópole* com dossiê sobre os “Desastres Urbanos”.

São cinco textos que apresentam de maneira mais direta a questão dos desastres urbanos. Eles trabalham casos específicos de desastres, um na Argentina, um no México e três no Brasil, destacando os aspectos ambientais e fisiográficos que deflagraram o desastre, mas também evidenciando que a extensão do desastre, em termos de população atingida e de prejuízos materiais, é em grande parte resultante da forma como se estruturaram as áreas urbanas ao longo das décadas recentes.

Daniela Vanesa Rotger, María Aversa e Estefanía Jáuregui, no texto *Cambio climático, inundaciones y “lagunas” de información. Análisis de inundaciones a través de rastreo de artículos periodísticos en el Gran La Plata (Buenos Aires, Argentina)*, mostram como os episódios de chuvas intensas foram abordados pela imprensa argentina em um longo período, entre os anos de 1911 e 2014. As autoras destacam a perspectiva que relaciona a expansão da área metropolitana e a construção social dos desastres que decorre das características desse processo de urbanização.

Rafael Monroy Ortiz, Rodrigo Flores Reséndiz, Celia Minerva Jiménez Ortiz, Rafael Monroy Martínez, Columba Monroy Ortiz e Cesar Augusto González Bazán, no texto *El sismo del 19 de septiembre. ¿Cómo enfrentamos la crisis en Morelos, México?*, mostram, em seu trabalho, que, embora os riscos sísmicos sejam pouco previsíveis, o número de vítimas humanas e de perdas materiais é agravado pela falta de políticas públicas capazes de diminuir as vulnerabilidades estruturais, evidenciando que os principais afetados pelos abalos são as populações de baixa renda. Mostram também que, no México, os assentamentos precários, com características construtivas, são incapazes de proteger a população. Além disso, o texto destaca, através da descrição do caso, o papel que a universidade pode desempenhar em uma situação na qual a comunidade passa por um evento de grande magnitude.

Tathiane Mayumi Anazawa, no texto *A escassez hídrica na Região Metropolitana de Campinas entre 2013-2015: a perspectiva de um desastre socialmente construído*, mostra, em seu trabalho, como uma sucessão de processos sociais, potencializado por um evento climático extremo de estiagem prolongada, pode levar a uma situação de desastre, expondo uma população metropolitana ao risco de desabastecimento hídrico. Destaca da percepção da crise hídrica pelos agentes sociais envolvidos diretamente com o processo de gestão da água.

Vitor Vieira Vasconcelos, Sandra Momm, Kátia Canil e Fernando Rocha Nogueira, no artigo *Disaster risk management and hydrographic basin analysis: the geotechnical map of suitability for urbanization of Itapevi – São Paulo, Brazil*, focalizam a questão da urbanização, mostrando o potencial das cartas geotécnicas para a definição de áreas adequadas para a ocupação. Além dos modelos de modelagem, foi realizado também um mapeamento participativo, com a finalidade de complementar as informações levantadas.

Teresa Cristina da Silva Rosa, Marcelo Sathler, Mirian Costa, Marcos Barreto de Mendonça, Caterine Reginensi e Ricardo Matos de Souza, no texto *Risco associado a movimento de massa no Morro Boa Vista (Vila Velha/ES): da caracterização do território à necessidade de políticas públicas*, fazem uma discussão abrangente sobre um desastre, com os fatores intervenientes e um conjunto de processos associados, evidenciando as dificuldades do poder público em oferecer respostas efetivas em situações agudas. Também mostram como as decorrências dos desastres permanecem ao longo do tempo.

Este número de *Cadernos Metrópole* é completado por um conjunto de textos que aborda questões que estão indiretamente relacionadas aos desastres, na medida em que tratam de processos que são intervenientes e estruturantes do processo de urbanização. Dois desses textos abordam a questão do mercado imobiliário.

Ester Clelia Schiavo e Alejandro Gabriel Gelfuso, no texto *Urbanismo de mercado. Las ciudades latinoamericanas y el neoliberalismo realmente existente*, mostram como as diferentes concepções sobre a cidade estão em disputa na realidade das cidades da América Latina, embora seja difícil trabalhar nessa perspectiva regional.

Norma Lacerda, Helena Lúcia Zagury Tourinho, Marco Aurélio Arbage Lôbo e Marluce Wall de Carvalho Venâncio, no texto *Dinâmica de mercado imobiliário nos centros históricos em tempos de globalização: os casos do Recife, Belém e São Luís (Brasil)*, mostram a articulação dos centros históricos com a dinâmica econômica internacional, através da recriação e da requalificação desses espaços.

Na sequência deste volume, estão três textos que abordam, de diferentes maneiras, a questão ambiental urbana.

Marta Luciane Fischer, Valquíria Elita Renk, Ana Maria Moser e Natalia Aline Soares Artigas, no texto *Diálogos entre bioética e saúde global: análise de usuários e usos de parques urbanos como indicadores éticos na promoção de bem-estar*, apresentam uma pesquisa sobre a percepção da população a respeito do uso de um parque urbano de Curitiba e um conjunto de aspectos que emerge da ocupação desse espaço por adultos, crianças e animais.

Vanessa Victor da Cruz de Souza, Amarilis Lucia Casteli F. Gallardo, Pedro Luis Côrtes, Ana Paula Fracalanza e Mauro Silva Ruiz, no texto *Pagamento por serviços ambientais de recursos hídricos em áreas urbanas: perspectivas potenciais a partir de um programa de recuperação da qualidade de água na cidade de São Paulo*, discutem a possibilidade de emprego desse instrumento de pagamento por serviços ambientais, que é primordialmente utilizado em áreas rurais, em uma situação urbana.

Raquel Maria da Costa Silveira, Fábio Fonseca Figueiredo e Jélisse Vieira Gomes Almeida, no texto *A proteção ambiental e a gestão compartilhada: um estudo de caso na Região Metropolitana de Natal*, analisam como a questão dos resíduos sólidos tem sido tratada no âmbito das regiões metropolitanas.

Este número do *Cadernos Metrópole* se encerra com três textos que discutem a questão da mobilidade urbana. Essa questão também está estreitamente relacionada à forma como se estruturam as cidades, com a localização dos serviços distantes dos locais de residência, implicando deslocamentos diários de longa distância.

Felipe Andrés Saravia, no texto *Vínculo entre percepción territorial y movilidad espacial en trayectorias de la clase media profesional: región de Los Lagos, Chile*, mostra, através de pesquisa qualitativa, como as estratégias de mobilidade mudam de acordo com as diferentes etapas da trajetória de vida do grupo estudado.

Maurício Feijó Cruz e Francisco César Pinto da Fonseca, no texto *Vetores em contradição: planejamento da mobilidade urbana, uso do solo e dinâmicas do capitalismo contemporâneo*, analisam como se articulam as políticas de mobilidade com os processos de espraiamento territorial das cidades.

Fernanda Müller, Leonardo Monteiro Monasterio e Cristian Pedro Rubini Dutra, no artigo *“Por que tão longe?”. Mobilidade de crianças e estrutura urbana no Distrito Federal*, abordam os deslocamentos de um grupo populacional específico, as crianças, em direção às escolas, evidenciando que, mesmo na cidade planejada, os deslocamentos necessários são muito expressivos.

O conjunto de textos reunidos neste número permite construir um painel das questões que afligem as cidades brasileiras e latino-americanas. Dentro desse padrão de urbanização, os grupos sociais de menor renda são os mais vulneráveis às situações de desastre originados a partir de fenômenos ambientais. Entretanto, o contexto das mudanças climáticas assim como os processos sistêmicos que envolvem as inter-relações entre população e ambiente fazem com que os riscos sejam cada vez mais abrangentes.

Para fazer frente a essa situação, um dos aspectos fundamentais é a geração de conhecimento que seja capaz de alavancar uma abordagem consistente sobre os problemas e, dessa forma, subsidiar políticas públicas eficazes. Espera-se que esse conjunto de textos aqui reunidos possa ser uma contribuição para essa finalidade.

Roberto Luiz do Carmo
Organizador

Roberto Luiz do Carmo

Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos da População, Departamento de Demografia.

Campinas/SP/Brasil.

roberto@nepo.unicamp.br